

18º Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

Grupo de Trabalho: 21 - Movimentos sociais rurais e Estado: conflitos territoriais e lutas por direitos e reconhecimento

As jovens e o processo de tornar-se dirigente no Movimento de Mulheres Camponesas – MMC à luz do engajamento militante

Janaina Betto¹; Marcos Botton Piccin²

Introdução

O reconhecimento de que a juventude rural também tem sua importância e lugar frente ao conjunto de lutas no campo ocorreu recentemente (Castro *et. al.*, 2009). Entender os motivos pelos quais ocorre o processo de engajamento político das jovens e como elas tornarem-se dirigentes legítimas no Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina é o objetivo deste artigo. Assim, se buscou compreender como jovens mulheres, nascidas e socializadas especialmente no meio rural, atingiram a posição de dirigentes. Além disso, poder-se-ia dizer que mais do que entender como atingem essa posição, analisa-se o aspecto da ascensão posicional a partir do entendimento de uma dimensão processual do *engajamento militante*, enquanto postura científica de desnaturalização do agir coletivo.

Para construir esse olhar foi preciso compreender que um movimento social não é um todo unitário e homogêneo e que a ação coletiva não deve ser vista como simples fruto de uma “condição social” (MELUCCI, 2001, p. 100): ou seja, uma jovem camponesa não se torna militante do MMC/SC apenas devido ao fato de ser jovem camponesa. Desse modo, nesta análise busca-se desvendar quais experiências e elementos presentes nas trajetórias de jovens e do movimento social que contribuíram para a passagem da condição de jovem camponesa a jovem camponesa militante e posteriormente dirigente do MMC/SC.

Esse percurso foi possível a partir da aproximação com a literatura sobre *engajamento militante* (ou *sociologia do militantismo*). Por engajamento militante se entende “toda forma de participação duradoura em uma ação coletiva que vise à defesa ou à promoção de uma causa” (SAWICKI e SIMEÁNT, 2011, p. 201). O uso nessa noção se deu principalmente a partir de contribuições desenvolvidas recentemente no Brasil e que destacam a sua dimensão processual (SILVA e RUSKOWKI, 2010; 2012; 2016),

¹ Universidade Federal de Santa Maria.

² Universidade Federal de Santa Maria.

dando destaque às socializações prévias e mediação entre indivíduos e organização, além da ocorrência da interação associativa, a partir das experiências vividas das jovens com as práticas políticas do MMC/SC, as quais permitiram uma socialização política e a incorporação da identidade coletiva de *camponesas*. Diante disso, o artigo se desenvolve em algumas seções principais, as quais dão ênfase a fases específicas da trajetória de jovens dirigentes: as socializações prévias e a mediação inicial com o movimento, a interação comunicativa e socialização política e consequente aprendizado de práticas e discursos, a formação da identidade coletiva de *camponesas* e o entendimento do que é preciso para se tornar uma dirigente legítima no MMC.

Elas, as *jovens* e *dirigentes* no Movimento de Mulheres Camponesas

Como falar em *jovens* e *dirigentes*, sem uma consideração sobre a quem se voltam essas definições? Neste artigo, a definição *dirigente* se refere a indivíduos que possuem sua trajetória social marcada pelo engajamento militante em movimento social ou demais organizações, mas que além de participarem através de reuniões, formações e lutas sociais, assumiram cargos de direção em diferentes instâncias internas, ou seja, contribuem direta e ativamente na construção da organização, assumindo uma postura de “porta-vozes”: aquelas que assumem a reponsabilidade de responder pelas ações do movimento.

É importante demarcar que nem todas as cinco jovens dirigentes entrevistadas, por serem consideradas *jovens camponesas*, possuem idade entre 15 e 29 anos. Com isso, pretende-se dizer que a geração de dirigentes jovens é composta por militantes designadas como as *jovens camponesas* do MMC/SC, mas que não são assim consideradas a partir de uma determinação baseada exclusivamente no critério de faixa etária³. São consideradas as jovens do movimento principalmente devido ao momento em sua história em que se engajaram e passaram a fazer parte da direção do mesmo e pela posição que ocupam dentro de suas famílias.

Em comparação às dirigentes que fazem parte do MMC/SC desde sua origem ou as que ingressaram até a metade a década de 1990, as últimas dirigentes que se engajaram são as *jovens camponesas* do movimento. Além disso, se percebeu que a realidade vivenciada cotidianamente por última geração de dirigentes é condizente com a

³ Esse é um critério comumente utilizado para definir juventude. Segundo Castro *et. al.* (2009) pesquisas recentes e organismos governamentais tem utilizado no Brasil e no mundo a faixa etária de 15 a 29 anos, a exemplo da Secretaria Nacional de Juventude-SNJ.

condição de vida da categoria *juventude rural* dentro da estrutura familiar do campesinato, ou seja, aspectos das trajetórias de vida das jovens do MMC/SC permitem afirmar que ocupam uma posição subalterna pela condição de serem mulheres e de jovens. Além disso, essa perspectiva se tornou mais relevante ao se perceber que os espaços específicos para jovens realizados pelo MMC/SC eram pensados e organizados para serem espaços de formação para as *filhas* das militantes do movimento. Assim, diante dos diversos entendimentos apresentados acerca dessa juventude, no presente artigo, a categoria *jovem camponesa* toma sentido de renovação, geração de família e geração de movimento, similar ao observado por Castro *et. al.* (2009, p. 163).

O contato inicial das jovens dirigentes com o universo da militância

As socializações prévias dos indivíduos nas diversas redes e esferas de vida que transitam ao longo de suas trajetórias se configuram enquanto “condições que predispõem à ação” (SILVA e RUSKOWSKI, 2016, p. 210), uma vez que são responsáveis pela constituição de disposições, recursos, capacidades e inserções relacionais que condicionam as oportunidades de contato e de interação com organizações sociais que promovem causas.

Todas as jovens são oriundas de famílias de pequenos agricultores e aprenderam desde cedo o quanto pode ser “dura” a vida no campo, ainda mais para mulheres em posição de forte dependência e restrições econômicas e socioculturais dentro de suas famílias. Diante disso, pode-se dizer que suas experiências são marcadas pela posição que a família ocupa na estrutura social da sociedade e pela posição que elas ocupam dentro do grupo familiar, pois além de mulheres são também *filhas*. No entanto, os seus familiares (principalmente nas figuras femininas) possibilitaram às jovens em questão, desde cedo, o contato prévio com o movimento, pois muitos já tinham envolvimento político, principalmente as mulheres, permitindo as jovens o contato com opiniões e explicações delas sobre a condição de vida da mulher com base nas suas experiências de militância. Assim, ver a vida e sua condição de forma crítica é algo que marca toda a trajetória de vida das jovens, mesmo que isso não se dê imediatamente na forma de inserção política em alguma organização.

Por terem nascido, crescido e vivido parte de suas trajetórias no meio rural, a vida comunitária e a relação com as instituições presentes nesse meio tomam centralidade na fala das jovens. Isso porque, como já observado por outros autores, a comunidade e as instituições formais que se apresentam nela (escola, igreja, clubes, campo de futebol) tem

papel central e bastante significativo na vida e relações sociais das famílias camponesas (GAIGER, 1995; POLI, 1995;). As jovens em questão fazem parte de uma geração socializada em comunidades onde os significados desses espaços coletivos da comunidade haviam passado por transformações. Soma-se a isso o fato de que os próprios movimentos sociais já haviam se consolidado enquanto importantes espaços comunicativos. Nesse sentido, não passaram por uma socialização política em instituições como sindicatos, comum na geração anterior de lideranças do MMC/SC. Ocorre uma socialização em atividades comunitárias que, em suma maioria, foram espaços formativos promovidos pelo MMC/SC.

As experiências de mediação entre as jovens e o movimento perpassam então pelo envolvimento político familiar e o contato que este permitia em termos de oportunidades de circular no universo da militância política. Nesse contexto, os primeiros espaços de participação das jovens variam desde a participação em teatros, oficinas de sementes e formações, os quais eram espaços promovidos pelo próprio movimento. O que se tem em comum entre eles é, sobretudo, o fato de serem espaços promovidos pelo movimento em nível local de comunidades, em termos organizativos nos grupos de base.

Isso se deve ao fato do movimento já estar presente e organizado localmente nessas comunidades e suas familiares participarem nesse meio. Para Silva e Ruskowski (2010, p. 36) “a apropriação das relações e espaços do cotidiano” se configura enquanto uma forma de mediação que opera como conduto para o processo de engajamento. Com isso, nota-se a existência de vínculos prévios com participantes do movimento social, no caso mães e/ou irmãs. Além disso, os autores evidenciam que ter um vínculo prévio com alguém que já participa configura uma mediação do tipo *natural*, visto que representa uma conexão indireta devido a laços construídos em outras esferas de vida, que nos casos estudados, na própria esfera de vida familiar e comunitária. Nesse sentido, pode-se dizer que as esferas de vida da família e da comunidade se “entrelaçam” com a esfera de vida da militância no cotidiano das jovens no espaço rural.

Práticas políticas do MMC/SC no processo de socialização das jovens: mobilizações públicas, cursos de dirigentes e os momentos da *mística*

Silva e Ruskowski (2016) entendem que explicar um processo social como este exige a identificação dos mecanismos causais, os quais dizem respeito às entidades e suas atividades, sendo as últimas produtoras de mudanças e neste artigo são entendidas enquanto “práticas políticas” do movimento. Entre elas identificaram-se algumas mais

habituais e outras que surgem mais fortemente na década de 2000. Assim, se buscou evidenciar os principais momentos de socialização política que marcaram as trajetórias das jovens e são representativos dos processos de *interação comunicativa* (SILVA E RUSKOWKI, 2016) que contribuíram para o engajamento militante e a incorporação de uma identidade coletiva.

Em relação às práticas políticas mais habituais, marcantes nas trajetórias de duas das cinco jovens, tem-se as *manifestações públicas*. Para Taborda (2013) as manifestações públicas realizadas nas datas de oito de março representam uma ressignificação em relação à data, visto que é considerada pelas militantes do movimento como uma data de resistência, motivo pelo qual todos os anos são realizadas manifestações públicas de oito de março através da mobilização de toda a base do MMC/SC. A autora também evidencia que entre os anos 2000 e 2002, período ao qual duas das jovens fazem referência, o oito de março foi marcado pela realização de acampamentos e debates em nível nacional, que tinham o intuito de denunciar o modelo de agricultura vigente e propor um contraponto, que seria o projeto político de agricultura camponesa que estava sendo construído.

É importante ressaltar que as manifestações públicas de oito de março, neste período, faziam parte de um conjunto de ações em nível nacional referentes a uma articulação entre diversos movimentos sociais e sindicais que ao longo dos anos de 1990 foram construídas ações diretas, marchas nacionais, manifestações e projetos políticos como contraponto ao projeto neoliberal, de liberalismo econômico, implantado pelo governo federal no período. Foi também nesse período que o movimento passou pelo processo de unificação em nível nacional, onde surge o Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil enquanto conjunção de algumas organizações regionais/estaduais tendo como marca principal a troca de definições como agricultoras/trabalhadoras rurais para camponesas.

Nas falas das duas jovens é marcante a importância da participação nas manifestações públicas de oito de março, enquanto momento de socialização política, de formação e de exercício da militância, no sentido de representar a oportunidade das jovens fazerem falas, preparar a mística, “subir” no carro de som e participar dos debates. Essas atividades permitiram às jovens se aproximar das práticas políticas do movimento, se inserir e se identificar enquanto parte do conjunto do movimento, bem como se destacar pela participação enquanto jovens e pelo desafio de estar fazendo falas e construído atividades em nome do MMC.

Esse tipo de inserção e participação leva ao uso da denotação “forjar-se na prática” enquanto meio de se tornar militante e dirigente do movimento, pois como afirmado por uma das dirigentes mais antigas do movimento: uma dirigente se faz na luta. Essa afirmação representa uma forma de considerar-se legítima a participação das jovens, pois há um reconhecimento pelo conjunto do movimento de que uma boa dirigente é aquela que constrói junto, que participa das atividades, que assume compromissos e tarefas e também que tem a coragem de falar em nome de todas.

Além disso, outra prática política que ganha destaque na fala das duas jovens são os *cursos de dirigentes*, os quais têm a sua importância na medida em que permitem o contato com diversas questões trabalhadas pelo movimento e por ter um caráter de “capacitação” para o exercício de liderança, pois durante o curso é estudado justamente o exercício da liderança: sua importância, sua necessidade, o que é bem visto e o que não é. Além disso, conforme relato de uma das jovens, ser convidada a participação de um destes cursos envolvia também o sentimento de valorização, principalmente por estar entre as “mais novas” dentro do movimento e já poder participar do curso.

Estes cursos são momentos importantes de contatos com princípios e valores fundamentais do MMC/SC, mas principalmente de instrumentalização para o exercício de liderança dentro do movimento. Esses cursos trabalham também a importância do estudo, da incorporação de habilidades de se fazer leituras políticas e falas objetivas e contextualizadas, enquanto questões fundamentais para o exercício de liderança. Além disso, esses cursos tiveram destaque no período em que ocorreu o processo de nacionalização e troca de nome do movimento. Em relatórios de cursos de dirigentes realizados nesse período é reafirmado o marco representado pelo momento histórico vivido com a troca de nome e nacionalização e é enfatizado o desprendimento necessário por parte das dirigentes para que a nacionalização ocorresse. Além do mais, o período de transição para MMC é o momento em que ocorrem os “primeiros passos” de algumas das jovens dirigentes e também de contato mais direto das outras.

Sobre a tarefa de ser uma dirigente dentro do movimento cabe destacar que, devido sua organicidade interna mais “fluída”, grande parte das militantes do movimento desempenham em algum nível o papel de dirigente, sendo reconhecidas pelo conjunto como tal. Nesse sentido, através do diálogo com uma das dirigentes que participa do movimento desde a década de 1980 foi possível entender essa perspectiva, pois há um entendimento que devido a organicidade interna do movimento é diante da responsabilidade de uma dirigente que ocorrem todos os processos de organização nas

diferentes instâncias e nisso se destacam as que “mais se dedicam” a construir a luta das mulheres.

Essa “luta” em que uma militante vai se tornando uma dirigente pode ser associada às diversas experiências vivenciadas na prática militante e relacionadas aos diferentes repertórios de ação, sejam as práticas políticas como as mobilizações públicas, os encontros específicos e até mesmo os momentos da *mística*. No entanto, é no curso de dirigente que uma militante aumenta o contato com visões relativas ao papel que se espera de dirigente em um movimento social, como um complemento importante ao “forjar-se na prática”.

Elementos como conhecer e fazer uma boa leitura da realidade, ter um bom conhecimento sobre as condições históricas de vida das mulheres no campo, se dedicar a estudar mais do que é comum, a necessidade de desprendimento individual em nome do coletivo estão presentes em tais cursos. Além disso, opera a noção de que “uma dirigente não se acha pronta”. Com essas afirmações, é evidente que os cursos são espaços onde ocorre o contato das militantes com um conjunto de elementos necessários para a prática dirigente e que são esperados para que ocorra o reconhecimento e legitimidade enquanto tal. No entanto, é somente a partir da prática de assumir esse compromisso com o movimento que uma dirigente se forma (aprender fazendo), o que acaba tomando um tom de desafio às militantes que participam de tais cursos.

Assim, nos citados cursos se discute e aprofunda o debate em relação ao papel da dirigente dentro do MMC/SC e da necessária dedicação que essa tarefa exige, visto que para o conjunto do movimento, a figura da dirigente opera como uma representação do que o próprio movimento é. Nesse sentido, os valores e princípios do movimento devem ser assumidos em suas vidas para serem referências às demais militantes e mulheres que tem contato com o MMC/SC. As jovens afirmam que a participação no curso contribuía para enxergar a necessidade de se assumir alguns compromissos dentro do movimento, o que geralmente era entendido pelas jovens como um desafio, principalmente por serem tão jovens e já estarem sendo provocadas a assumir compromissos.

Outra prática política que tem centralidade para as jovens dirigentes é a *mística*. A *mística* é uma prática política de exposição das aspirações e representações das militantes na forma simbólica e se trata de parte importante no processo subjetivo de engajamento das jovens, pois desencadeia um envolvimento afetivo. As *místicas* em todos os eventos, encontros e ações do movimento. Na representação das jovens as

místicas tem a forma de elementos de luta e de renovação da luta, o que pode representar uma interface importante no processo de construção da identidade *camponesa*.

Essas afirmações remetem à categoria de análise da *experiência* quando Thompson afirma que as pessoas não experimentam suas experiências apenas como ideias, também as experimentando enquanto sentimentos (THOMPSON, 1981, p. 189). Nesse sentido, elas afirmam ser difícil explicar a representação da mística para elas, mas que contribui na simbologia do ser feminista, através de poemas, cantos, teatros, entre outros e alimenta a vontade de seguir participando do movimento.

Para Poli (1995), a importância que a *mística* ganha nos processos de luta dos movimentos sociais pode estar atrelada a uma herança histórica do campesinato, onde por tradição religiosa era comum os camponeses recorrerem a orações e celebrações em momentos de grandes dificuldades. Em Castro *et. al.* (2009, p. 183), ao trabalhar sobre a participação política dos jovens do campo, a *mística* é observada a partir da ótica da conversão da condição de instrumento religioso em político, à medida que a prática de realização da mística pode ser associada enquanto essa herança de militantes da Igreja Católica.

Além do mais, é considerado que a mística permite trazer elementos da própria realidade vivida pelas mulheres camponesas para o momento em que é realizada, operando como um diálogo entre quem constrói e realiza a mística e quem a vivencia, tendo como resultado principal a emergência de um processo reflexivo. Além do mais, ela pode ser vivenciada através dos diferentes sentidos, a depender do caráter da mística realizada e de forma objetiva quando se fala sobre situações cotidianas das mulheres do campo ou de forma subjetiva quando envolve simbologias, como um das místicas presenciadas durante a pesquisa, através da qual as militantes “arrancavam o patriarcado pela raiz” de uma árvore artificial.

Desta forma, a mística opera enquanto uma prática política que permite uma constante renovação da entrega individual à luta e das convicções coletivas. Muitas vezes remete a pessoas que foram centrais no processo da luta da classe trabalhadora e das mulheres e a elementos do que consideram como pertencentes à cultura camponesa (chapéu de palha, por exemplo). Além disso, representa um momento em que se reafirma um “vir a ser” com caráter coletivo, pois também costuma trabalhar elementos que permitem a construção e reafirmação da identidade coletiva assumida quando se passa a fazer parte do MMC/SC, bem como dos vínculos que decorrem desse engajamento.

Assim, identificou-se a mística enquanto prática importante na reafirmação constante dos compromissos firmados e da entrega ao coletivo, atuando como meio de reafirmar dedicação a tarefa de dirigente.

Práticas políticas recentes do MMC/SC no processo de socialização das jovens: os encontros específicos de jovens e o acesso à educação formal

Nas falas das outras três jovens entrevistadas ganham destaque nas falas das jovens são os encontros específicos para jovens realizados pelo MMC/SC. Esses espaços começaram a ser organizados a partir do ano de 2003 para o público específico considerado jovem. As três que se inseriram a partir desses espaços assumem a identificação de *jovens camponesas*, o que sinaliza que a realização desses encontros representa o momento em que a categoria passa a ser reconhecida enquanto tal.

Em estudo realizado por Castro *et al.* (2009)⁴ evidencia-se que, com exceção da PJ e PJR (ambas surgiram na década de 1980), nos demais movimentos sociais que fazem parte da VC e no movimento sindical a organização específica da juventude começa a ocorrer a partir dos anos 2000, não sendo um processo isolado ou particular de um ou outro movimento. Diante disso, é no bojo desse processo que já foi percebido em diversas organizações do campo que se insere a emergência da categoria política *jovem camponesa*. Ademais, Castro *et al.* (2009) demonstra que o processo de emergência da organização da juventude torna-se notório a partir da expressão que toma através da organização de diversos eventos regionais e nacionais que se anunciam como “da juventude” (p.64) e que se “avolumaram” a partir de 2006, momento em que ocorre a identificação dessa juventude enquanto uma identidade política (p. 20).

Na visão de uma das jovens dirigentes foi possível compreender que mesmo que no MMC não exista um setor específico de jovens, como existe nos demais movimentos sociais e sindicais do campo, os encontros e formações construídos para discussões a partir da ótica das jovens são momentos importantes e que parecem dar conta das particularidades da “categoria”. Há um entendimento de que a partir do diálogo e respeito é possível conviver com as diferenças geracionais no conjunto do MMC, o que se comprovaria diante da grande quantidade de jovens que atualmente estão em instâncias de direção dentro do movimento.

⁴ Ver Tabela 10 nos anexos do livro “Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político” (CASTRO, 2009).

Na visão da dirigente sempre houve uma preocupação com a “problemática das jovens” dentro do movimento, o que só passou a ganhar forças e condições objetivas para ser melhor discutido e aprofundado a partir dos anos 2000. Isso porque a partir desse período ganha força dentro do movimento o debate sobre a troca de nome de *agricultoras* para *camponesas* e o debate referente ao projeto alternativo de agricultura camponesa, que pensa uma nova forma de conceber o rural e o conjunto da família, pois há um entendimento deste espaço para além das atividades agrícolas/econômicas enquanto espaço social de construção de vivências, valores, autônoma e identidade que se diferencia do espaço urbano, mas com ele dialoga (GASPARETO, 2009, p. 57).

No entanto, também é preciso destacar outro possível motivo pelo qual se dá maior centralidade a temática da juventude nesse período, que seria a necessidade de renovação do quadro dirigente do movimento, visto que as grandes lideranças do movimento até então se formaram na década de 1980 e 1990 e já possuem uma caminhada significativa. Diante desse aspecto, logicamente que surge uma preocupação em relação ao “futuro” do movimento e também parece existir um entendimento pelo conjunto dos movimentos alinhados à Via Campesina que a renovação do quadro dirigente passa pelo reconhecimento da juventude e suas especificidades na atualidade. Nesse sentido, não se pode esquecer que nesse período ocorre o início da organização da juventude dentro da Via Campesina (CASTRO *et al.*, 2009) e que o MMC também passou a compor essa organização nesse período.

Os Encontros de Jovens do MMC/SC costumam ocorrer com a intermediação de assessoras (geralmente dirigentes do próprio MMC/SC) e englobar temáticas que fazem parte da matriz discursiva do movimento, mas geralmente com um recorte para a condição da juventude no campo⁵. Nos relatórios dos encontros percebe-se que entre os objetivos de suas realizações também está proporcionar formação para jovens mulheres darem “continuidade” ao movimento e suas lutas. Para tanto, o movimento busca aliar elementos da realidade dessas jovens para explicar os processos de organização da sociedade, de forma a facilitar a compreensão de tais processos devido à relação que a leitura faz com as experiências de vida das jovens no espaço rural e, ao mesmo tempo,

⁵ Temáticas abordadas: gênero, classe e movimento autônomo (2003); gênero e a influência dos meios de comunicação (2004); A militância da juventude pelo socialismo (2005); Missão da juventude na Construção do Projeto Popular – Gênero e Agroecologia (2006); Gênero e Agroecologia: Contribuição das Jovens no Auto-Sustento e Renda (2006/2007); Afetividade e Sexualidade (2008); MMC: Feminismo, Saúde e Sexualidade das Jovens Camponesas (2014); MMC e os sonhos das Jovens Camponesas (2016).

faz proposições para a vida das jovens em consonância com os projetos do movimento, principalmente em relação aos anseios futuros das jovens.

Nesse sentido, também se observou que com a realização dos encontros o movimento busca conhecer quais são os anseios das jovens e de como, a partir de suas experiências de vida, elas significam ser *jovem camponesa*, para posteriormente contribuir na construção de novos significados à categoria. Além do mais, é visível que representa um momento em que emerge uma identificação mais coletiva para *jovem camponesa*, juntando elementos culturais do campesinato, o projeto de agricultura e os princípios do MMC.

É evidente que para as jovens reunir com outras pessoas que vivem uma condição e posição na sociedade semelhante permite compreender que seus anseios em relação ao espaço rural e a perspectiva de uma “vida melhor” não é particularidade de uma ou outra jovem, mas possui relação com as relações sociais estruturais a partir da distribuição do poder dentro da família, bem como das desigualdades que operam no espaço rural e na sociedade como um todo que desvaloriza esse meio. A partir dessa experiência de estar reunida com outras jovens e discutir sua condição através da leitura oferecida pelo movimento as experiências passadas ganham novas interpretações e significações.

Frente a isso, é perceptível que a partir da experiência do coletivo, da busca de compreender elementos da realidade a partir da sua leitura na ótica do movimento as jovens começam a construir novas perspectivas em relação ao futuro e ao próprio espaço rural, visto que a experiência de discutir no coletivo envolve refletir sobre a forma como elas se identificam enquanto mulheres que cresceram no espaço rural, o que diz respeito à emergência de elementos simbólicos sobre o “ser camponesa” e à criação de vínculos entre as militantes a partir dessa experiência coletiva no movimento, pois também é uma nova experiência de sociabilidade.

Além disso, a metodologia dos encontros é bastante comum nas atividades de movimentos sociais, onde tem-se assessores que abrem as falas sobre determinadas temáticas para posteriormente ocorrerem discussões em grupo, além de um momento determinado para a realização da *mística*, elemento simbólico e afetivo importante na reafirmação de identidades que emerge a partir das novas experiências. Com isso, ficou manifesto que uma leitura recorrente nesses encontros é de se reconhecer uma nas outras são passos essenciais para que as jovens despertem o interesse por construir uma nova sociedade junto ao movimento. Nesse sentido, os momentos pensados para as

jovens exporem suas experiências, anseios e expectativas costumam ser avaliados como muito emocionantes.

Ainda sobre os encontros pode-se dizer que algumas características e posturas decorrentes passam a denotar quem se destaca entre o conjunto de participantes. Nesse sentido, identifica-se destaque as que passam a incorporar a matriz discursiva e construir leituras sobre a realidade das jovens, inclusive através da construção de falas, da mesma forma as jovens que demonstram maior desprendimento da individualidade e disposição a assumir tarefas no coletivo e as que sentem bastante comovidas (ou atingidas) pelas experiências proporcionadas pelos encontros em nível de ideias e também de emoções, também se destacar perante o conjunto do movimento. Além disso, parte da missão da juventude é entendida como “estar na direção” do movimento.

Além das questões relacionadas à dinâmica desses encontros, cabe salientar que conforme diálogo com as jovens dirigentes é comum nesses espaços ocorrerem convites do movimento às jovens que possuíam interesse em continuar os estudos. Ao acompanhar um encontro em agosto de 2015, ficou evidente que no movimento o *estudo* é encarado enquanto uma tarefa contínua e permanente para as dirigentes. Isso porque, na leitura das militantes presentes no encontro, *estudar* possibilita a aproximação com conceitos que permitem manter a centralidade no que é capaz de transformar a realidade, ou seja, estudar é se apropriar e criar condições também teoricamente para orientar as ações militantes conforme a leitura que acreditam responder melhor as perspectivas que elas defendem.

Nesse sentido, a indicação de jovens do movimento para estudar em cursos relacionados à proposta pedagógica das escolas da VC também é uma forma de criar meios de garantir que a própria militância atue intelectualmente em relação às leituras e elaborações do movimento e para qualificar a intervenção das dirigentes. Um exemplo prático do resultado disso é o fato de a maioria dos artigos científicos que tratam do MMC serem elaborados por militantes que acessaram o ensino superior e/ou a pós-graduação. O próprio estudo sobre jovens do MMC se inicia dessa forma.

Segundo Gaspareto (2009) o MMC assume, juntamente com a VC, a proposta de intensificar a formação através da viabilização de cursos de educação superior para as dirigentes e militantes dos movimentos que compõe a VC. Nesse sentido, dentro do MMC/SC foi a partir da unificação em 2004 que passaram a ser feitos convites às jovens para acesso à educação formal como forma de continuar seus estudos em escolas da Via Campesina (GASPARETO, 2009). Dentre esses cursos podem ser destacados os de

ensino superior que ocorrem em parcerias entre universidades brasileiras e escolas da VC e que, em relação às jovens dirigentes do MMC/SC, parece contemplar diretamente os seus anseios, visto que ao dialogar sobre suas trajetórias de vida foi perceptível que o *estudo* é supervalorizado dentro de suas famílias e sempre aparece como uma forma de construir uma “vida melhor”.

Nessa pesquisa, todas as cinco jovens dirigentes entrevistadas acessaram⁶ ensino superior por indicação do movimento, o que denota que participar do movimento foi porta de entrada para o ensino superior e para a continuação dos estudos. No entanto, diferentemente da maioria dos cursos em universidades públicas e particulares da rede de ensino brasileira, os cursos frequentados pelas jovens seguem outra proposta pedagógica a partir dos ideais da *Pedagogia da Alternância*. Além disso, a proposta pedagógica encontrada nesses cursos alia a formação em educação com a formação política de maneira a manter um diálogo com o contexto social de origem dos graduandos.

Ademais, outras questões diferem em relação a cursos com propostas pedagógicas convencionais, pois os cursos oferecidos que as jovens dirigentes ingressam não tem por objetivo uma formação acadêmica com perspectivas de atender a demanda de mercado. Na realidade, a matriz curricular é construída com base em princípios que dialogam com as lutas dos movimentos, a exemplo do projeto político de agricultura camponesa. Com isso, evidentemente o objetivo é capacitar dirigentes e militantes para atuar a partir da perspectiva e modelo defendidos pelo movimento para possíveis construções práticas.

Além disso, chama a atenção outro aspecto da formação presente nessa perspectiva que é o tempo dedicado a estudos a partir de contribuições de teóricos internacionais e nacionais, os quais costumam ser comumente utilizados como referência por militantes de esquerda em todo o mundo, como Paulo Freire, Simon Rodriguez, Karl Marx, Mao Tse Tung, Rosa Luxemburgo, Vladimir Lenin e que também são usados para a construção de leitura das conjunturas políticas locais, nacionais e internacionais. Ao mesmo tempo, como contraponto a essa intensa atividade de reflexão teórica, uma das jovens que estudou no Instituto Agrocológico Latinoamericano Paulo Freire da VC na Venezuela afirma que os estudos eram aliados a atividades práticas como o trabalho na produção própria de alimentos feita pelos estudantes e trabalho em comunidades rurais

⁶ Cabe informar que uma das cinco jovens não concluiu o curso *Pedagogia da Terra*, cursou apenas quatro semestres e depois ingressou em um curso superior em universidade convencional da região do Oeste Catarinense.

próximas a universidade, como forma de reafirmar suas origens e ligação com o meio rural.

A partir da experiência das jovens fica evidente que, mais do que o acesso à educação formal e a possibilidade de continuação dos estudos, ingressar em um curso superior nessa perspectiva pedagógica trabalhada pelos movimentos da VC é um processo de *socialização militante*, através do qual ocorre um intenso processo de formação política e de práticas comuns à forma de organização dos movimentos. Em todos os casos representou um período de intensos aprendizados técnicos, políticos e de repensar o espaço rural enquanto um espaço de possibilidades. Além disso, na experiência da jovem que estudou na Venezuela, em particular, aparecem outros elementos, pois além de proposta pedagógica e grade curricular diferenciados, houve um processo de ocupação de terras para garantia da existência da universidade.

Assim, nota-se que além da perspectiva pedagógica e estrutura curricular dos cursos oferecidos já contarem com um amplo processo de formação política, no caso específico da jovem que é dirigente em nível nacional aparecem elementos que se aproximam também de outras práticas políticas de movimentos como o MST, pois os próprios estudantes foram os responsáveis pela garantia de que o instituto onde cursariam o ensino superior saísse do papel através do processo de ocupação. Nessa ocupação se organizaram de forma semelhante ao que ocorre nos acampamentos do MST, divididos em brigadas para garantia do bom funcionamento do acampamento.

Fica evidente que além da formação técnica, tem-se um processo intenso de formação política, de aproximação com os repertórios de ação dos movimentos da VC e de sociabilidade através do “viver coletivamente” com militantes de diferentes movimentos e de realidades diversas, mas que de alguma forma se encontram por razões semelhantes. Diante disso, encontram na própria oportunidade de estudar uma forma de reafirmar princípios e valores coerentes com a luta dos movimentos, através da aproximação com práticas políticas militantes, formações e elementos que remetem aos repertórios de ação e ao projeto de agricultura e sociedade defendido pelos movimentos da VC.

Assim, pode-se dizer que o próprio acesso à educação formal na proposta dos movimentos da VC se configura enquanto um espaço de socialização política e aproximação com práticas e perspectivas defendidas pelo conjunto do MMC/SC. Além disso, em todos os casos enquanto cursavam o ensino superior as jovens continuavam contribuindo com o movimento, assumindo tarefas e participando de encontros e demais

espaços e mobilizações e, na maioria dos casos, próximo ou após concluir o curso é quando assumem a posição de *dirigentes* do MMC/SC.

Além disso, uma das jovens afirmou que muitas dirigentes contam com um recurso fixo por mês proveniente da aposentadoria. Nesse sentido, pode-se falar em uma diferença significativa em relação a ser dirigente em um movimento social quando se é aposentada e ser uma jovem dirigente quando se está em um processo de busca por autonomia em relação à família e principalmente financeiramente. Conforme já exposto, o acesso ao estudo como forma de construir uma vida melhor estava presente nas perspectivas das jovens, diante de um espaço rural onde ocupam posições subalternas.

Com isso, notoriamente que a oportunidade de acessar a educação formal através do movimento pode representar uma estratégia de conciliação entre as expectativas das jovens e a necessidade de formar novas dirigentes do movimento. Assim, as jovens acessam o ensino superior que permite se construir profissionalmente a partir das novas convicções que emergem da experiência de militância, garantindo que, mesmo que dediquem suas vidas ao movimento, possuam uma identidade profissional, ou seja, também consigam ampliar as perspectivas de vida e projetos individuais.

Diante disso, é possível afirmar que a própria militância é uma “nova opção” na vida dessas jovens, o que não ocorria na geração passada que mesmo sendo militante, tinha nas lutas centrais do movimento a busca do reconhecimento da identidade profissional de agricultora. Isso remete ao reconhecimento das mudanças estruturais ocorridas no Brasil neste período, pois a mudança de governo no início da década de 2000 fez com que diminuíssem as mobilizações que efervesceram ao longo da década de 1990. É nesse contexto e com o fortalecimento dos cursos da Via Campesina e das parcerias com universidades públicas brasileiras que o processo de ensino formal através de cursos superiores ganha maior centralidade na formação militantes das jovens.

A identidade coletiva de *camponesas* na militância do MMC/SC

A partir da inserção nas práticas políticas do MMC a esfera da militância passa a ganhar importância e ser parte constitutiva da vida das jovens. Além do mais, é nessa esfera que passam a construir também as releituras que fazem sobre suas experiências e sobre o conjunto da sociedade. Na lógica apreendida em Thompson (1981, p. 16) a elaboração da própria consciência das experiências ocorre dentro das coordenadas da cultura e das condições sócio-históricas e de uma forma bastante complexa.

Nesse sentido, para Ruskowski (2012, p. 52), o sucesso do engajamento na ação coletiva depende da capacidade de líderes e organizadores em conseguir efetuar uma conexão entre algum (ns) elemento (s) da cultura da população mobilizada e dotá-lo (s) de valor, articulando-o (s) com os objetivos do movimento num dado contexto. Ao conversar com as jovens foi possível entender como isso ocorre, pois aspectos relacionados a forma como elas viviam sendo jovens mulheres oriundas do espaço rural, e que durante muitas gerações eram naturalizados, passam por maiores questionamentos a partir da inserção no movimento. Além dos questionamentos, são atribuídos a esses aspectos novos significados alinhados aos princípios, valores e bases discursivas do movimento de mulheres.

Nesse sentido, a produção de alimentos saudáveis, segurança alimentar proporcionada através do trabalho das mulheres do campo, o chapéu de palha, sementes crioulas, artesanato, entre outros elementos são constantemente trabalhados nas interações cotidianas dentro do movimento e contribuem de forma simbólica para a produção da identidade coletiva de *camponesas*. Nisso, cabe ressaltar que são simbolismos reforçados em diferentes espaços formativos, como nas atividades nos grupos de base e nas manifestações públicas e cursos.

As práticas políticas do MMC/SC as quais as jovens tiveram acesso configuram momentos que permitiram que as jovens fizessem essas releituras de suas experiências a partir da interação com a matriz discursiva e com as militantes do MMC/SC e outros movimentos da VC, sendo então comum no ideário das jovens e em seus discursos a noção de que a transformação da realidade das jovens e das mulheres do campo acontece com a negação do sistema capitalista, do patriarcado, do agronegócio, ou seja, que transformar a sociedade é transformar o que não é condizente com o projeto político que as militantes do movimento defendem.

Assim, o processo desencadeado a partir da inserção das jovens que buscavam e sonhavam construir uma vida melhor, com autonomia e através dos estudos, passa a contar com um novo elemento, que é a consciência do seu papel na luta por uma emancipação plena das mulheres. Dessa forma, a participação continuada – engajamento – pressupõe assumir uma identidade que emerge de uma consciência política de caráter reivindicatória e conflitiva, ou seja, baseada na existência de um “nós” em contraposição ao “outro”, no sentido antagonista, a partir do momento em que elas vivenciam experiências de contato com o MMC/SC. É possível observar que a rede de relações sociais que se constrói a partir da militância atua enquanto meio de fortalecimento de uma

identidade que reforça características da própria população em questão, mas agregando novos significados que proporcionam também consciência política e a aproximação ideológica com determinada questão política/causa.

O contato e inserção nas instâncias, práticas políticas e repertórios de ação do MMC/SC permite as jovens o entendimento de que existe outra forma de se ver, enquanto jovem mulher oriunda do meio rural, outra forma de fazer a agricultura, outra forma de conceber o rural onde elas podem viver ou produzir de maneira diferente: “o movimento mostra outra forma de se viver e de você se enxergar e fazer” a partir da realidade vivida. Mas, principalmente, essa interação faz emergir a consciência de que elas podem (e precisam) protagonizar essa mudança. O processo de engajamento militante das jovens no MMC/SC permitiu a emergência de uma *identidade coletiva* construída no entendimento comum de que a única saída para os problemas enfrentados pela *classe* é participar, é se doar ao coletivo, tornar-se sujeito e protagonista do próprio processo de transformação.

A experiência vivida pelas jovens na militância específica de mulheres leva à emergência da identidade coletiva *camponesa* que representa uma consciência social particular, pois envolve a descoberta de elementos comuns devido à condição de mulher em uma sociedade marcada por desigualdades de gênero e uma percepção de classe enquanto algo não homogêneo, afinal para elas é necessário elucidar que a classe trabalhadora tem dois sexos e que as mulheres também são parte da luta pelas transformações que dizem respeito à essa classe. Diante disso, é no espaço de militância do MMC que as jovens também se reconhecem enquanto sujeitos na sociedade, pois “participar do MMC significa se reconhecer enquanto gente, enquanto mulher, enquanto ser que sabe e que pensa”⁷.

Os reflexos da atuação política dos jovens identificados por Castro *et. al.* (2009) se reafirmam nesse estudo: “permite releituras da própria identidade camponesa associadas à disputa por um futuro melhor e reforça a imagem positiva do campo em diálogo com a cidade. Mas não qualquer campo, e sim um campo transformado (p. 188). Essa identidade não restringe o seu ser àquela figura da jovem mulher desvalorizada diante da estrutura familiar hierarquizada e “vítima” das escolhas familiares, mas permite que essas jovens sigam sendo *camponesas* nas suas mais distintas variações e que construam a

⁷ Trecho de entrevista realizada em 28 de junho de 2016.

representação do espaço rural de forma diferente, pois são militantes, mas profissionalmente também advogadas, doutoras e/ou agricultoras.

Ainda que a experiência particular de cada jovem tenha sua própria marca individual é perceptível que compartilham de mesmos sentimentos, anseios e aspirações e que encontram na identidade coletiva de *camponesas* a tradução destes. Ou seja, o MMC representa o receptáculo de experiências particulares, mas fornece a elas uma significação compartilhada, que representa também uma oportunidade de se reconhecer enquanto “gente”, enquanto mulher. É esse alinhamento identitário que, segundo os autores (Silva e Ruskowski, 2016) permite a participação continuada em uma organização conformando uma carreira militante, através da identificação enquanto parte de um “nós” particular e de bases interpretativas compartilhadas.

Considerações finais sobre o processo de tornar-se dirigente legítima no MMC à luz do engajamento militante

Diante do exposto no artigo se considera o engajamento militante como processo alicerçado em uma série de mudanças objetivas nas posições ocupadas pelas jovens, o que é acompanhado de uma incorporação de significados, representações e discursos pelas jovens a partir dessa inserção nos espaços e práticas políticas do MMC/SC. Percebeu-se que, ao cumprirem determinadas tarefas, as jovens passam a assumir para si a responsabilidade: elas são o MMC/SC e com isso conformam uma trajetória ascendente. Compor as instâncias da organização, aliado à inserção nas práticas políticas das lutas e formação, conforma os eixos nos quais ocorre o processo de engajamento militante.

No processo de reconhecimento de legitimidade de uma jovem dirigente um dos elementos valorizado é a sua origem social relacionada ao espaço rural. Além disso, um importante elemento observado é a importância e reconhecimento do “forjar-se na prática” enquanto caminho para se tornar uma dirigente do movimento. Essa afirmação representa uma forma de dar legitimidade à posição de dirigente, pois há um reconhecimento pelo conjunto do movimento de que uma boa dirigente é aquela que constrói junto, que participa das atividades, que assume compromissos e tarefas, ou seja, é aquela que participa ativamente e é através desta participação que vai incorporando o conjunto de características necessárias para cumprir o papel de dirigente.

Além disso, se percebeu que, além de atributos pessoais e o comprometimento com tarefas dentro do movimento, os cursos de dirigentes são um meio de apresentar ao

conjunto militante características esperadas para o exercício de liderança, podendo também ser um momento de exercício de algumas delas, como é o caso do estudo. Nesse momento, a própria exposição do que é esperado de uma dirigente, bem como da importância de se assumir tal tarefa, faz com que o compromisso de estar na direção do movimento seja entendido como um desafio e/ou necessidade de entrega ao coletivo. Além disso, chama-se a atenção para o que ocorre a partir da participação nesses diferentes espaços, pois são momentos em que as jovens passam a acessar e adquirir mais informações do que a base do movimento e se diferenciam de seu conjunto.

Como *condições* à posição de dirigente se percebeu que há uma valorização dentro do MMC do estudo, da incorporação de habilidades de se fazer leituras políticas e falas objetivas e contextualizadas, de ter um bom conhecimento sobre as condições históricas de vida das mulheres no campo, de se dedicar a estudar mais do que é comum, do desprendimento individual em nome do coletivo enquanto questões fundamentais. Em alguns casos, há jovens que se destacam com atributos pessoais sendo consideradas como “fulana é muito boa”. Em outros, como nos encontros específicos com jovens, por exemplo, “ser boa” se dá a partir de um processo, onde algumas jovens se destacam das demais, pois passam a incorporar a matriz discursiva do movimento e construir leituras da realidade das jovens a partir dela, demonstram maior desprendimento da individualidade e disposição a assumir tarefas no coletivo ou ainda são “mais atingidas” e/ou comovidas pelas experiências proporcionadas nesses encontros, no nível das ideias e também das emoções. Ao encontro dessas afirmações, a mudança de posição dentro do movimento exige, além das *condições* citadas, a incorporação da identidade coletiva de *camponesas*.

No entanto, também foi percebido que em certo momento o movimento redefine alguns investimentos na formação de quadros, que podem ser considerados como *situações atuais*. Isso se confirmou principalmente através da oferta de possibilidade de acesso ao ensino superior através do movimento. Assim, ocupar a universidade para então formular, escrever, estudar sobre o *projeto de agricultura camponesa*, sobre o *feminismo camponês* do movimento passam a ser novos investimentos. Assim, o acesso à educação formal através do ensino superior pelas escolas da VC pode também representar uma preocupação com a elevação da formação acadêmica da militância e com a formação intelectual e militante de quadros políticos. Com isso, passa a ser legítimo, enquanto importante característica de uma jovem dirigente, uma maior formação acadêmica.

De qualquer forma, o acesso ao ensino superior é entendido como uma situação atual, pois não é possível afirmar como uma condição necessária para se tornar uma dirigente no MMC, visto que não se coloca ao conjunto do grupo dirigente, mas sim as jovens que se engajam em um novo momento político do país e de práticas políticas dos movimentos sociais. Ou seja, as práticas políticas que contribuem no processo de engajamento militante ganham ou perdem centralidade o momento histórico em questão. Assim, na medida em que operaram mudanças no cenário político nacional e pelo reconhecimento da juventude no interior dos movimentos sociais, o acesso à educação formal e as formações específicas, ao encontro dos anseios individuais jovens, passam a situações atuais que compõem o conjunto de práticas políticas do movimento.

Referências Bibliográficas

- CASTRO, E. G. de. et. al. **Os jovens estão indo embora?** Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X/ EDUR, 2009.
- GAIGER, L.I. Entre as razões de crer e a crença na razão Mobilização coletiva e mudança cultural no campesinato meridional. **R. Brasileira de Ciências Sociais**, n. 27, fev. /1995
- GASPARETO, S.A.K. **As jovens do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC):** trabalho, família e projetos de vida. 2009. 178p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFCG, Campina Grande, PB, 2009.
- MELUCCI, A. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas.** Petrópolis: Vozes, 2001.
- POLI, O.L. **Aprendendo a andar com as próprias pernas:** o processo de mobilização nos movimentos sociais do Oeste Catarinense. 1995.370p. Dissertação (Mestrado em Educação) – UNICAMP, Campinas, SP, 1995.
- RUSKOWSKI, B.O. **Do incômodo à ação beneficente e da indignação contestatória:** estudo sobre condições e mecanismos de engajamento nas Tribos nas Trilhas da Cidadania e no Levante Popular da Juventude. 153p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFRGS, Porto Alegre, 2012.
- SAWICKI, F.; SIMÉANT, J. Inventário da sociologia do engajamento militante: nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. **Sociologias**, v.13, n. 28, p. 200-255, set.-dez. /2011.
- SILVA, M.K.; RUSKOWSKI, B.O. Condições e mecanismos do engajamento militante: um modelo de análise. **R. Brasileira de Ciência Política**, n.21, p.187-226, set-dez/2016.
- _____. Levante juventude, juventude é prá lutar: redes interpessoais, esferas de vida e identidade na constituição do engajamento militante. **R. Brasileira de Ciência Política**, n.3, p. 23- 48, jan.-jul. /2010..
- TABORDA, N. Mulheres camponesas e o dia 8 de março na luta de classes. **R. Grifos**, n 34/35, 2013.
- THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros uma crítica ao pensamento de Althusser**, Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.